



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**MATHEUS HONORATO DO NASCIMENTO GOMES**

**"DISCIPLINAS ELETIVAS NO ENSINO MÉDIO: O QUE PENSAM OS  
PROFESSORES?"**

**FORTALEZA**

**2023**

MATHEUS HONORATO DO NASCIMENTO GOMES

DISCIPLINAS ELETIVAS NO ENSINO MÉDIO: O QUE PENSAM OS  
PROFESSORES?

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Biológicas do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Erika Freitas Mota.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

G615d Gomes, Matheus Honorato do Nascimento.

Disciplinas eletivas no ensino médio : o que pensam os professores? / Matheus Honorato do Nascimento Gomes. – 2023.

56 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Curso de Ciências Biológicas, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Erika Freitas Mota.

1. Educação. 2. Lei de Diretrizes e Bases. 3. Disciplinas eletivas. I. Título.

CDD 570

---

MATHEUS HONORATO DO NASCIMENTO GOMES

DISCIPLINAS ELETIVAS NO ENSINO MÉDIO: O QUE PENSAM OS  
PROFESSORES?

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Biológicas do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

Aprovada em: 03/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Erika Freitas Mota (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Maria Izabel Gallão  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Raquel Crosara Maia Leite  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A meu pai, Sérgio Honorato,  
e minha avó-mãe Dalva  
Honorato. Aqui se encerra  
um longo ciclo.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a mim mesmo, por não ter desistido, até mesmo nos momentos em que desistir era a única solução. Mas não era!

À professora Dra Erika Mota por ter me orientado neste trabalho. Obrigado pela paciência e disposição. A senhora é um exemplo de profissionalismo que vou levar para toda a vida.

Ao meu pai, Sérgio Honorato (*in memoriam*) que mesmo indo embora muito cedo, sempre esteve presente comigo nessa caminhada breve que chamamos de vida. Obrigado pai, onde quer que você esteja. Eu consegui!

À minha avó, que considero como segunda mãe, Dalva Honorato de Lima (*in memoriam*), que até nos últimos momentos de vida se preocupou com minha formação. Também foi por você, minha estrela.

À minha mãe Antônia que, sozinha e com quatro filhos, fez de tudo para que eu não inflasse ainda mais as estatísticas de jovem negro de periferia que acaba se envolvendo no crime. Infelizmente nem todos meus amigos da vila tiveram essa oportunidade.

Aos meus irmãos Felipe, Iarley e Rebeca pelo apoio emocional por todo esse percurso.

À minha prima Ana Paula e minha tia Diná Honorato por sempre me aconselharem desde que eu era criança. Obrigado por todo apoio.

À minha futura esposa, Mabelle Lima, por ter sido o meu pilar por tanto tempo. Não consigo expressar em palavras como você foi importante durante esses longos sete anos. Obrigado por tudo.

Aos meus bons amigos do passado que o tempo e o destino nos separaram fisicamente. Carrego comigo todos os bons momentos. Vocês também contribuíram para que eu chegasse aqui.

À Dra Niédila que foi uma mentora incrível e me mostrou que eu era capaz de muita coisa que eu achava que não era.

Aos colegas de laboratório que fiz durante a monitoria e durante o período que passei no LEMBIOTECH.

Aos professores que acreditaram em mim e me fizeram seguir esse caminho mesmo eu não sendo aluno exemplar. Obrigado.

Aos amigos que fiz durante a graduação pelos bons momentos. Não vou mencionar um por um porque não caberia aqui.

À minha panelinha de amigos que fiz na graduação “Cornos”: Alanna, Igor, Renan, Lorena e Vivi. Obrigado pela companhia até aqui.

Ao Alfredo, por ser um amigo excepcional e sempre me ajudar psicologicamente e intelectualmente. Obrigado pelos bons momentos, principalmente durante os estágios.

Ao meu amigo João Gabriel Leal, por quem tenho um carinho imensurável. Obrigado por me ajudar tantas vezes de diversas formas. Você também é responsável por isso.

## RESUMO

Ao longo das últimas décadas, a educação no Brasil tem passado por diversas transformações que impactam diretamente o modo como o conteúdo é ensinado aos alunos. Essas alterações são reflexo da conjuntura política subjacente e refletem, em grande parte, as características da época em que ocorrem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, a principal lei educacional do país, concedeu maior autonomia aos órgãos estaduais e estabeleceu a criação de Conselhos Estaduais e Federais de Educação. Seu texto foi alvo de diversas mudanças de acordo com os interesses políticos da época. Em 1996, o texto da LDB foi reformulado com o princípio de garantir o direito universal à educação e, posteriormente, passou por várias modificações para adequar o ensino às práticas sociais, como inclusões, exclusões e outras alterações. O presente trabalho visa explorar as disciplinas eletivas, que foram adicionadas pela Lei nº 13.415/2017, que modificou a LDB, tornando-a mais flexível e diversificada, possuindo uma formação geral básica e outra formação diversificada, com itinerários formativos. Essa alteração mudou a dinâmica do ambiente escolar ao introduzir um currículo mais abrangente com o objetivo de contextualizar o conhecimento transmitido aos alunos. Este trabalho tem como objetivo identificar os desafios encontrados pelos professores de biologia de escolas públicas de nível médio do Ceará referente à realização de disciplinas eletivas, que estão presentes dentro do itinerário formativo. Para tal fim, realizou-se uma pesquisa qualitativa utilizando um formulário eletrônico on-line e a metodologia de análise de conteúdo para examinar os dados coletados. A partir das respostas, conclui-se que para os professores, os desafios de ministrar disciplinas eletivas em geral foram referentes ao tempo de planejamento e limitação de recursos disponibilizados pelo suporte institucional.

**Palavras-chave:** Educação; Lei de Diretrizes e Bases; Disciplinas Eletivas.

## ABSTRACT

Over the past few decades, education in Brazil has undergone several transformations that directly impact the way content is taught to students. These changes are a reflection of the underlying political context and largely mirror the characteristics of the times in which they occur. The Law of Guidelines and Bases of Education (LDB) of 1961, the country's main educational law, granted greater autonomy to state agencies and established the creation of State and Federal Education Councils. Its text underwent several changes according to the political interests of the time. In 1996, the LDB text was reformulated with the principle of guaranteeing universal right to education and subsequently underwent various modifications to align teaching with social practices, including inclusions, exclusions, and other alterations. This present work aims to explore elective subjects, which were added by Law No. 13,415/2017, which modified the LDB, making it more flexible and diversified, with a basic general education and a diversified education with formative routes. This change has altered the dynamics of the school environment by introducing a more comprehensive curriculum aimed at contextualizing the knowledge imparted to students. The objective of this work is to identify the challenges faced by biology teachers in public high schools in Ceará regarding the implementation of elective subjects, which are part of the formative route. To this end, qualitative research was conducted using an online electronic form and content analysis methodology to examine the collected data. Based on the responses, it is concluded that, for the teachers, the challenges of teaching elective subjects in general were related to planning time and the limitation of resources provided by institutional support.

**Keywords:** Education, Law of Guidelines and Bases of Education, Elective subjects

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Faixa etária dos entrevistados .....	27
Gráfico 2	- Tempo de atuação como professor do Ensino Médio.....	27
Gráfico 3	- Pós-graduação na Área de Educação.....	27

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Disciplina disponível no catálogo de eletivas.....	38
----------	--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nuvem de palavras.....	31
-----------------------------------	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PCN	Parâmetros Curriculares Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCR	Documento Curricular Referencial
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	18
<b>2.1</b>	<b>Objetivo Geral</b> .....	18
<b>2.2</b>	<b>Objetivos Específicos</b> .....	18
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	19
3.1	História do Ensino Médio no Brasil e Suas Alterações Legais.....	19
3.2	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Ensino de Biologia....	21
3.3	O Novo Ensino Médio e Itinerários Formativos: Eletivas.....	23
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	25
4.1	Coleta de Dados.....	25
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	26
5.1	Perfil dos Professores.....	26
5.2	Desafios na Realização de Eletivas.....	32
5.2.1	Das limitações de Recurso.....	33
5.2.2	Do tempo de Planejamento.....	35
5.2.3	Demais Considerações Complementares aos Desafios.....	37
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	42
	<b>APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</b> .....	48

## 1. INTRODUÇÃO

No ensino médio, o exercício professoral de biologia no Brasil variou bastante nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1990. Na década de 1950, o conteúdo da disciplina de biologia era dividido em botânica, zoologia e biologia geral, juntamente com outras matérias, como mineralogia, petrografia e paleontologia (KRASILCHIK, 2004). Segundo Krasilchik (2004), a biologia na década de 1960 se modificou por ação de três grupos de fatores: o progresso da biologia, a constatação internacional e nacional da importância do ensino de ciências como fator de desenvolvimento, e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - (Lei nº 4.024/61) sancionada em 20 de dezembro de 1961 - que descentralizou as decisões curriculares, até então de responsabilidade da Administração Federal. Além disso, ainda segundo Krasilchick (2004), na década de 70, por meio do projeto para modernizar o país do governo ditatorial militar, ocorreram contradições na LDB que, apesar de considerar o ensino de ciências importante, colocou travas para o desenvolvimento pleno. A Lei de Diretrizes e Bases tomou uma nova forma em 1996. A LDB trouxe no inciso segundo que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Além disso, outro documento importante toma forma: os Parâmetros Curriculares Nacional do Ensino Médio (PCNEM), de 2000. Os dois documentos instruíam que a escola tinha papel de formar alunos capazes de exercer plenamente seus direitos e deveres na atual sociedade (BATISTA; MORAES, 2019). Outrossim, no período da década de 10 do século XXI outros documentos surgem para moldar o processo de construção da educação no País, como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, de 2013; O Plano Nacional da Educação, de 2011 e, com uma nova vigência, em 2014; e a Base Nacional Comum Curricular, de 2018.

Os documentos citados não são imutáveis, mas constantemente reformados por leis. Esses atos normativos visam adaptar e melhorar o currículo para as necessidades da época que está inserido, segundo Candau e Moreira:

Entendemos a relevância, então, como o potencial que o currículo possui de

tornar as pessoas capazes de compreender o papel que devem ter na mudança de seus contextos imediatos e da sociedade em geral, bem como de ajudá-las a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessárias para que isso aconteça. (CANDAU e MOREIRA, 2007, p.21)

O ato normativo que dá base para o trabalho atual é a reforma da Lei nº 13.415/2017 que define novas diretrizes que modificam o teor organizacional e flexibiliza o conteúdo oferecido no Ensino Médio; altera as Leis nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e nº 11.494 (FUNDEB); revoga a Lei nº 11.161/2005 (Ensino da Língua Espanhola) e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2017).

Nesse contexto, surgem as disciplinas eletivas, que buscam compor de forma flexível e diversificada, o currículo. As eletivas são unidades curriculares de livre escolha dos estudantes, com duração de um semestre cada, que lhes possibilitam experimentar diferentes temas, vivências e aprendizagens, de maneira a diversificar e enriquecer o seu Itinerário Formativo (CEARÁ, 2021). Dessa forma, as eletivas precisam estar alinhadas aos projetos de vida dos alunos, desafio esse a ser alcançado pelo estudante, pelos professores e pela gestão escolar (SILVA, 2021).

Ao pensarmos na realização de disciplinas, podemos perfeitamente observar a importância do papel do professor na consolidação desse processo. Apesar disso, não podemos tratá-lo como um mero transmissor de informações, Paulo Freire afirma:

[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, 1987, p.21)

Entender os desafios na visão dos professores que constroem as disciplinas, sejam elas eletivas ou obrigatórias, em face às reformas no ensino médio é de suma importância, visto que, são esses profissionais que estão diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar. Além disso, esse tipo de análise ajuda a criar um diálogo entre o que foi intencionado e a realidade, partindo

da percepção daqueles que estão em contato constante com a nova reforma. Por fim, entender os desafios na visão dos professores é essencial para a construção de um exercício professoral pleno frente a um mundo contemporâneo cada vez mais dinâmico.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Identificar os desafios encontrados pelos professores de biologia de escolas públicas de nível médio do Ceará referente à realização de disciplinas eletivas.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- a) Realizar um mapeamento das disciplinas eletivas que abordam conteúdos de biologia nas escolas do Ceará;
- b) Verificar as opiniões dos professores de biologia sobre o uso das eletivas no ensino médio;
- c) Analisar a visão dos professores acerca dos desafios encontrados ao ministrar disciplinas eletivas.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Como fundamentação da pesquisa, traz-se um referencial teórico organizado em três tópicos: A História do Ensino Médio no Brasil e Suas Alterações Legais; A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Ensino de Biologia; e Itinerários Formativos: Eletivas, o que temos até o momento?

#### **3.1 História do Ensino Médio no Brasil e Suas Alterações Legais**

No período colonial brasileiro, foram os jesuítas que estabeleceram tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio, uma vez que o reino português não custeava a educação na colônia. Desse modo, o ensino médio era bastante influenciado pelos preceitos religiosos do catolicismo, o que o tornava repetitivo e rígido, e priorizava disciplinas voltadas à ética religiosa. Além disso, esse modelo era utilizado como uma ferramenta de reprodução social, visto que somente uma minoria da elite tinha acesso ao sistema educacional secundário (PINTO, 2002).

Durante o período imperial no Brasil, a Educação enfrentou desafios e limitações. Embora a Constituição de 1824 estabelecesse um sistema nacional de ensino primário gratuito para todos os cidadãos, na prática, a educação não era acessível a todos. A partir de 1850, foram feitas algumas mudanças na estrutura educacional, como a criação de órgãos de fiscalização e a influência de correntes de pensamento europeias. No entanto, apesar do discurso em defesa da educação universal, ela continuou sendo direcionada apenas aos privilegiados. A Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, buscou resolver os problemas educacionais, promovendo a liberdade de ensino, a autonomia dos estudantes e melhorias na remuneração dos professores. No entanto, a falta de atenção à educação deixou o país dependente economicamente e culturalmente, com pouco desenvolvimento tecnológico (MELO, 2012).

Foi somente após a revolução de 1930, no governo provisório de Getúlio Vargas, que ocorreram mudanças efetivas nessa situação. Durante esse período, foi

criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo o professor Francisco Campos como ministro responsável. Logo no início de 1931, Campos implementou uma grande reforma no sistema educacional, que ficou conhecida pelo seu nome, Reforma de Francisco Campos (DALLABRIDA, 2009).

Assim, o decreto nº 18.890, emitido em 18 de abril de 1931, promoveu uma maior organização no ensino secundário, instituindo o sistema de currículo seriado, tornando a frequência escolar obrigatória e exigindo um diploma de ensino secundário para a admissão no ensino superior (ABREU, 2010).

A Era Vargas também se caracterizou pela industrialização do país e pelos novos interesses econômicos. Nesse contexto, foi implantado o ensino profissionalizante, destinado principalmente às classes menos favorecidas. Assim, foi estabelecido um sistema dualista, com um ramo propedêutico e outro profissionalizante. No entanto, somente o primeiro permitia o acesso ao ensino superior (PINTO, 2002).

Ao longo do tempo, a educação foi afetada por diversas mudanças decorrentes de influências políticas. Embora novas governanças tenham surgido, a educação continuava a ser tratada de forma diferente de acordo com a classe social. Segundo Dias *et al.* (2022, p. 2200), “nesse decorrer de transformações, observa-se uma educação classista, onde a formação cidadã e os avanços nos estudos era voltada para a elite, enquanto para os das classes sociais o que lhe eram oferecidos era a mero ensino da leitura e escrita”.

Outro marco importante nesse período foi a Lei Orgânica do Ensino Secundário, assinada pelo ministro Gustavo Capanema em 1942. Essa lei representou uma tentativa de modernização do ensino secundário no país, buscando adaptá-lo às novas demandas do mundo moderno. No entanto, a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 também manteve o sentido elitista do ensino, restringindo os aspectos de modernidade pedagógica da política anterior. Uma das justificativas para a proposta era preparar os educandos para uma época de transformações e mudanças (MONTALVÃO, 2021). Esse sistema perdurou até 1953 e foi abolido

integralmente em 1961, quando foi criada a primeira lei de diretrizes e bases (Lei nº 4.024/61) (PINTO, 2002).

Segundo Pinto (2009), o golpe militar de 1964 e o período ditatorial que se seguiu influenciaram significativamente a organização do sistema educacional no Brasil. A Lei nº 5.692/71 unificou o antigo ensino primário, criando o primeiro grau, e transformou o antigo ensino colegial em segundo grau, sem alterar sua duração de três anos. A mudança mais radical foi a profissionalização compulsória, que exigia que todas as escolas de segundo grau oferecessem uma qualificação profissional de nível técnico ou auxiliar técnico. O objetivo provável dessa mudança era reduzir a demanda para o ensino superior e conter as manifestações estudantis que exigiam mais vagas nas universidades públicas. O autor argumenta que, apesar da implantação do ensino profissionalizante no Brasil, as escolas particulares continuaram a ter vantagens significativas em relação às escolas públicas. As escolas particulares passaram por uma transformação e se tornaram propriedade de empresas comerciais que se especializaram em preparar alunos para o ensino superior. Essas escolas ofereciam uma formação superficial em disciplinas técnicas, sem a necessidade de uma formação profissionalizante, que garantisse o acesso ao ensino superior. Por outro lado, ainda segundo o autor, as escolas públicas passaram a oferecer habilitações de custo reduzido, como o curso de magistério e cursos de Secretariado com equipamentos obsoletos. Os cursos técnicos de boa qualidade existentes antes da nova lei foram prejudicados e nivelados com escolas de baixo orçamento. A elite pouco se importava com a questão da profissionalização, e a crise de demanda pelo ensino superior foi resolvida com a expansão da rede privada. Com a Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, a profissionalização foi extinta. Durante o período de 1982 até a aprovação da nova Constituição Federal, em 1988, e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996.

### **3.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Ensino de Biologia**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação é considerada a mais importante e mais impactante reforma no sistema educacional brasileiro. Essa importância é dada por ser a primeira lei a tratar de todos os níveis e ramos do ensino. Esse documento descentralizou alguns princípios da organização do currículo escolar, deixando os Estados da Federação com uma moderada, mas importante, flexibilidade para definir currículo sob a perspectiva regional. Anteriormente a LDB, o sistema educacional era administrado por decretos-leis, oriundas da Reforma Capanema, que teve seu início em 1942 (QUEIROZ; HOUSOME, 2018). Esta lei, por sua vez, teve o propósito de proporcionar uma educação de qualidade e foi implementada pela primeira vez em 1961 pela Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, sancionada em 20 de dezembro de 1961. Posteriormente, foi reformada pelas leis de nº 5.540/68, lei nº 5.692/71 e, finalmente, substituída pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (CERQUEIRA; SOUZA; MENDES, 2009).

Já na primeira versão da LDB, o ensino de ciências passou a apresentar maior participação no currículo educacional. Segundo Krasilchik (2000), desde o 1º ano do ginásial, correspondente ao que hoje denomina-se 6º ao 9º ano do ensino fundamental, as disciplinas de Biologia, Química e Física passaram a ter sua carga horária aumentada no colegial, equivalente ao atual ensino médio. Como mencionado no tópico anterior, o período ditatorial traz mudanças significativas para o currículo. Do mesmo modo, durante o período ditatorial, a educação tinha como objetivo a preparação para o mercado de trabalho. Por isso, o ensino de Ciências Naturais passa por reformas, tornando-se obrigatória nos últimos anos do Ensino Fundamental.

A nova Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 deu possibilidade para a criação de uma Base Nacional Comum Curricular que se dispõe das seguintes áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e suas tecnologias (DIAS *et al.*, 2022).

Dias *et al.* (2022) argumentam que os conteúdos de biologia não devem ser simplesmente listados, mas sim contextualizados. Ao invés de apresentar uma lista

com os tópicos para os alunos estudarem, devem ser utilizados desses conteúdos de forma contextualizada, gerando uma maior compreensão do mundo, a fim de promover uma postura de cidadania.

Dessa forma, é possível concluir que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em suas diferentes versões, trouxe mudanças significativas para o sistema educacional brasileiro, descentralizando princípios do currículo escolar e promovendo maior participação do ensino de ciências. A LDB representa um marco importante na busca pela qualidade e equidade da educação no Brasil.

### **3.3 O Novo Ensino Médio e Itinerários Formativos: Eletivas, o que temos até o momento?**

A ideia da reforma do novo ensino médio veio, inicialmente, como uma medida provisória, a de nº 746º de 2016. À época, devido aos debates legislativos, o projeto foi profundamente modificado por conta, principalmente, da atuação de professores e pesquisadores da área. Já em 2016, a reforma foi imposta sem o debate necessário para a proposta (KRAWCZYK; FERRETTI, 2017). O Ministro de Estado da Educação José Mendonça Bezerra Filho à época argumentou que tal lei propondo a reforma do ensino médio se dava por conta dos baixos índices de desempenho dos estudantes nas matérias de Língua Portuguesa e Matemática, usando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O então ministro também afirmou que a carga era incompatível, corroborando o desinteresse e abandono escolar.

A alteração ocorre em diversos pontos, segundo Codes, Fonseca e Araújo (2021, p19) “os mais importantes são a ampliação da carga horária, a flexibilização da grade curricular e a disponibilização do ensino profissionalizante junto com o propedêutico”. Anteriormente, o requisito anual era de 800 horas, que deveriam ser cumpridas durante um único período de 200 dias letivos. No entanto, com a duração de três anos mantida, houve uma nova distribuição da carga horária. Agora, é exigido um mínimo de 1.000 horas por ano, totalizando 3.000 horas ao longo do período. Essas horas são divididas em duas partes: 1.800 horas para formação geral básica e

pelo menos 1.200 horas para itinerários formativos (BRAGA *et al.*, 2022). As redes de ensino, sejam elas públicas ou privadas, devem reavaliar seus currículos, levando em consideração suas características específicas, localização geográfica, práticas educacionais, conhecimentos e estudantes envolvidos (CEARÁ, 2021).

Os itinerários formativos (IF) representam os conjuntos de unidades curriculares disponibilizadas pelas instituições e redes de ensino, permitindo que os estudantes aprofundem seus conhecimentos nas áreas de Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, bem como Formação Técnica e Profissional, seguindo as novas Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2018). O Documento Referencial do Ceará define essas unidades curriculares como:

Elementos com carga horária pré-definida cujo objetivo é desenvolver competências específicas dos itinerários formativos. Desse modo, as possibilidades de unidades curriculares que podem configurar um itinerário formativo são diversas (CEARÁ, 2021).

O documento também define as disciplinas eletivas como:

Disciplinas temáticas que não fazem parte do perfil curricular do curso, mas que são escolhidas semestralmente pelas/pelos alunas/os e criadas a partir de uma seleção de assuntos propostos pelos professores e/ou alunas/os e promovem o enriquecimento, a ampliação e a diversificação de conteúdo, temas ou áreas do núcleo comum (CEARÁ, 2021)

Dessa forma, os itinerários formativos - como as disciplinas eletivas - fundamentados nas competências e habilidades gerais e específicas, oferecem uma abordagem curricular flexível e personalizada. Além disso, esses documentos afirmam que, esses itinerários proporcionam um melhor aprofundamento dos conteúdos em sala de aula, a fim de garantir um melhor aproveitamento do ensino na prática cidadã dos alunos.

## 4 METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Para isso, submeteu-se o trabalho à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Ceará (UFC), e a pesquisa só teve início após a aprovação do comitê (Número do Parecer: 6.003.263). A pesquisa é classificada como quali-quantitativa, pois visa estudar as condições da vida real, representar perspectivas e opiniões dos participantes e analisar os significados das vidas nas condições em que são vividas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; GIL, 2008; YIN, 2016).

Durante a pesquisa, os participantes se expressaram por meio de seus próprios relatos. A pesquisa qualitativa tem como objetivo representar as visões e perspectivas dos participantes de um estudo, de modo que os eventos e ideias resultantes dessa pesquisa podem representar os significados atribuídos pelos indivíduos que vivenciam os fatos da vida real, e não os valores, pressuposições ou significados mantidos pelos pesquisadores (YIN, 2016).

Além disso, a pesquisa também se qualifica como pesquisa exploratória que tem como característica “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

Para a coleta de dados, foi elaborado e aplicado um questionário eletrônico (Apêndice A). O link para o formulário foi enviado por meio de comunicação virtual (via SIGAA da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação (PPG) de Mestrado do ENCIMA e Doutorado RENOEN da UFC e via WhatsApp de grupos de estudo e pesquisa da UFC ligados aos professores desses PPG), sendo aberta a possibilidade do compartilhamento do formulário para outros professores de outros grupos de comunicação virtual. O questionário consistia em perguntas para traçar o perfil do professor, perguntas relacionadas a criação de eletivas, como elas eram montadas, quais eram os desafios para montar esse tipo de disciplina e suas opiniões. Além disso, também conteve perguntas sobre os suportes recebidos pelos professores, tanto físico como documental. Após a coleta de dados, estes foram analisados com

base na literatura referente aos documentos que regem o novo ensino médio, ao papel do professor no processo de ensino e aprendizagem e seus desafios, bem como confrontados com outros estudos que investigam as mudanças no currículo do novo ensino médio.

As respostas foram analisadas pelo método de análise de conteúdo, que é utilizado para "descrever e interpretar o conteúdo de qualquer classe de conteúdo ou texto" (MORAES, 1999, p.2). Além disso, as respostas dos participantes foram comparadas com a literatura existente sobre práticas de ensino, uso de disciplinas extracurriculares no ensino de biologia. O material coletado passou por um tratamento para identificar padrões e categorizá-los. Os participantes foram identificados com letras e números para garantir o anonimato (por exemplo, P1, P2, P3 etc.). As respostas ao questionário foram transcritas na íntegra para documentos de texto eletrônicos.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

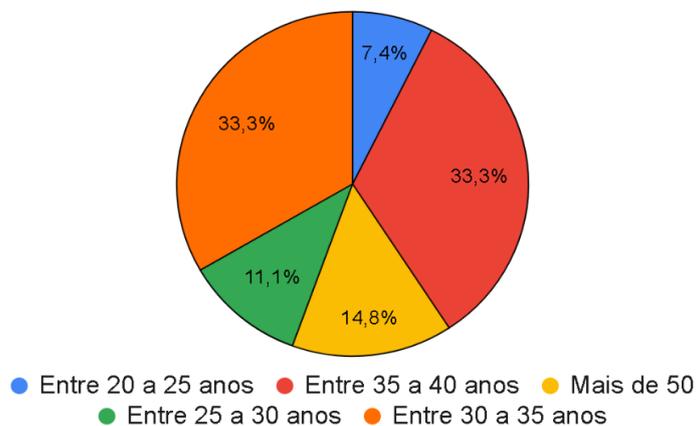
Ao final do período de coleta, foram obtidas 24 respostas ao formulário. Os resultados obtidos foram analisados utilizando categorias e subcategorias delimitadas dos dados. A apresentação dos resultados se dá por meio das categorias "Perfil do Professor" e "Desafios na Realização das Eletivas", com subcategorias "Das Limitações de Recursos", "Do Tempo de Planejamento" e "Demais Considerações Complementares aos Desafios".

### **5.1 Perfil dos Professores**

As perguntas 3 a 13 do formulário são referentes ao perfil dos profissionais. Houve participação de professores de diversas faixas etárias, em sua maioria com idade entre 30 a 40 anos, (Gráfico 1) e com diferentes níveis de experiência de docência no ensino médio (Gráfico 2), em geral menos de 5 anos de experiência.

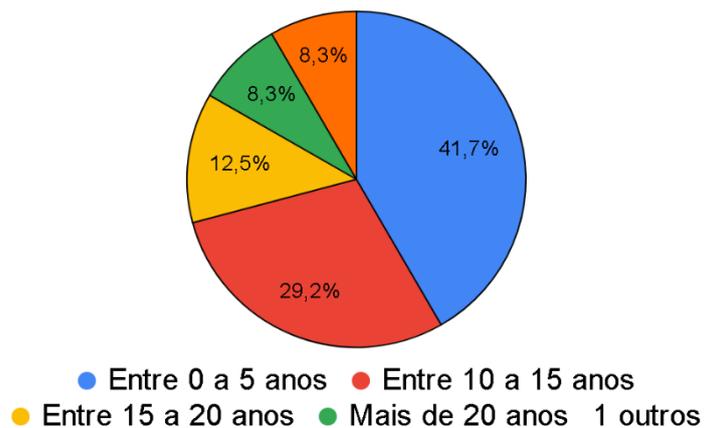
Desses professores, cerca de 66% possuem pós-graduação na área da educação (Gráfico 3).

Gráfico 1 – Faixa etária dos entrevistados



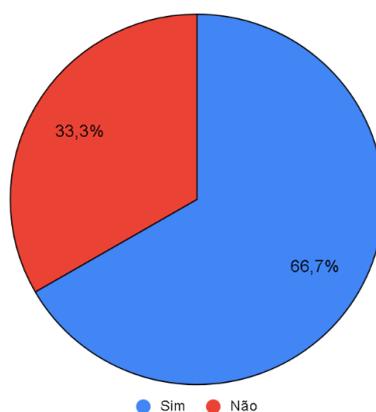
Fonte: Formulários Google

Gráfico 2 – Tempo de atuação como professor do Ensino Médio



Fonte: Formulários Google

Gráfico 3 – Pós-graduação na Área de Educação.



Fonte: Formulários Google

A diversidade de características como idade, tempo de atuação como professor do ensino médio e a presença ou ausência de pós-graduação na área de educação oferece percepções valiosas por diferentes perspectivas, abordagens e experiências sobre disciplinas eletivas. Essa variedade permite compreender de forma mais abrangente a realização das eletivas, além promover debates diversificados das considerações sobre os desafios enfrentados.

No questionário indagou-se quantas e quais disciplinas foram ministradas pelos professores. Foram obtidas 41 eletivas realizadas pelos professores. As eletivas foram organizadas de acordo com o nome descrito pelo professor num quadro (Quadro 1) e foi feito uma busca no Catálogo de Eletivas disponibilizadas pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC). Para organização das eletivas citadas pelos professores entrevistados, foram consideradas apenas aquelas em que o nome correspondia exatamente ao informado, para a construção de um quadro com a existência, ou não, das eletivas no catálogo de eletivas disponibilizado pela SEDUC. Os professores foram identificados como “P1, P2” e assim respectivamente, a fim de preservar o anonimato. Alguns professores não mencionaram quais eletivas ministraram, esses não foram contabilizados.

Quadro 1 – Eletivas ministradas pelos professores

<b>Eletiva</b>	<b>Número de vezes citada</b>	<b>Presente no Catálogo de Eletivas?</b>
Anatomia e fisiologia	1	Sim
Bio Brincando	1	Sim
Biodiversidade e saúde	2	Sim
Biologia para o Enem	2	Sim
Botânica	1	Sim
Citologia	1	Sim
Educação ambiental	3	Sim
Educação Nutricional	1	Sim
Educação sexual	1	Sim
Energias Renováveis,	1	Sim
Laboratório de Biologia	2	Sim
Microbiologia	2	Sim
Olimpíada de Biologia	1	Sim
Práticas Laboratoriais de Biologia	1	Sim
Química da limpeza	1	Sim
Saúde da mulher	1	Sim
Saúde e Bem-estar	1	Sim
Zoologia	1	Sim
Anatomia humana	1	Não
Arboviroses	1	Não
Biologia	2	Não
Bionews	1	Não
Ciência e Saúde	1	Não
Ciências	1	Não
Ciências e Matemática	1	Não
Enem	1	Não
Ensino de Biologia	1	Não
Histórias nas Ciências	1	Não
Jornal do Consumo consciente	1	Não
Medicina Popular	1	Não
Práticas laboratoriais	1	Não
Saúde e Meio Ambiente	2	Não
Sexualidade	1	Não

Fonte: Próprio autor



Fonte: Próprio autor utilizando o site <https://www.wordclouds.com/>

O termo "Sociedade" é frequentemente mencionado nos textos justificativos, e sua presença está intimamente ligada aos avanços científicos no cotidiano.

Em relação ao conhecimento científico e sociedade, Shen (1975) propôs três categorias de letramento científico: o letramento científico prático, que pode ser usado para resolver problemas básicos; o letramento científico cívico, que pode auxiliar na compreensão dos problemas sociais; e o letramento científico cultural, aquele que compreende o conhecimento científico como realização humana. O autor enfatiza que o ensino de ciências e o letramento cívico estão intrinsecamente ligados, visto que é o letramento cívico que permite o conhecimento necessário para compreender e opinar nas políticas públicas, criando um bem-estar social. Assim, Shen (1975) destaca:

O objetivo do letramento científico cívico é capacitar o cidadão a se tornar mais consciente da ciência e das questões relacionadas à ciência, para que ele e seus representantes possam aplicar o bom senso nelas e, dessa forma, participar mais plenamente dos processos democráticos de uma sociedade cada vez mais tecnológica (SHEN, 1975, p. 266, tradução nossa).

Esse pensamento é importante para a sociedade, pois o ensino de ciências possibilita um melhor entendimento da sociedade numa perspectiva de avanços científicos e tecnológicos. A BNCC destaca que:

Diante da diversidade dos usos e da divulgação do conhecimento científico e tecnológico na sociedade contemporânea, torna-se fundamental a apropriação, por parte dos estudantes, de linguagens específicas da área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Aprender tais linguagens, por meio de seus códigos, símbolos, nomenclaturas e gêneros textuais, é parte do processo de letramento científico necessário a todo cidadão (BRASIL, 2018, p.551).

Dessa forma, o ensino de ciências desempenha um papel crucial na compreensão e desenvolvimento da sociedade contemporânea, estando intrinsecamente ligado aos avanços científicos e tecnológicos. Ele permite um melhor entendimento do mundo, promove questionamentos, amplia explicações sobre fenômenos naturais e estimula a reflexão ética. Além disso, capacita os cidadãos a tomar decisões informadas e contribui para o progresso social e o desenvolvimento sustentável.

## **5.2 Desafios na Realização de Eletivas**

Uma vez mencionado o perfil dos professores e as disciplinas eletivas já desenvolvidas, as dificuldades enfrentadas pelos professores na criação dessas disciplinas eletivas foram analisadas.

Havia no formulário as seguintes perguntas de resposta discursiva: 14) Entre as disciplinas eletivas ministradas, qual delas representou o maior desafio e por quê? 15) Costuma ministrar eletivas que possuem afinidade com sua especialização ou pós-graduação? 16) Quais foram os principais desafios encontrados ao elaborar uma disciplina eletiva para o ensino médio? 17) Teve suporte institucional para auxiliar na realização da disciplina eletiva? Qual sua opinião? 18) Opinião sobre o catálogo e 19) Costuma se envolver na construção de novas disciplinas eletivas junto à Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)? Se sim, como?

Ao explorar as respostas para essas perguntas observaram-se relações significativas entre cada uma delas.

### **5.2.1 Das Limitações de Recurso**

Ao serem questionados na pergunta 14 sobre a eletiva de maior desafio alguns argumentos dos professores apontavam para limitações de recursos, por exemplo, na abordagem breve do material didático disponível:

“[...] Nos livros é abordado de forma rasa e sem se enquadrar na realidade do aluno.” P2

Na pergunta 16, em resposta aos maiores desafios na elaboração de disciplinas eletivas, as menções pelos professores indicaram a ausência de recursos. Esses recursos abrangem desde materiais didáticos, como material de apoio, até outras ferramentas pedagógicas, como jogos e dinâmicas:

“O desafio maior é que não temos livros. Nós professores procuramos fazer a melhor possível selecionando textos, conteúdos, exercícios para facilitar o aprendizado dos alunos, como também nos dá um feedback” (P17)

“Montar o próprio material do zero.” (P 15)

“Trabalhar com jogos, dinâmicas e colocar o aluno para trabalhar mão na massa”. (P 17)

Souza (2007) afirma que o uso de recursos didáticos é importante para que o aluno possa assimilar o conteúdo trabalhado, para que construa seu conhecimento por meio da criatividade. Além disso, o uso efetivo dos recursos didáticos facilita a interação professor – conteúdo – aluno. Souza (2007, p. 111) define recurso didático como “todo material utilizado como auxílio no ensino - aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos”.

As escolas públicas do Brasil contam com o Programa Nacional do Livro e do Material Escolar (PNLD) para oferecer de maneira sistemática, regular e gratuitas, obras didáticas, pedagógicas, literárias e outros materiais de apoio à prática educativa. O PNLD busca promover a universalização do acesso a materiais didáticos de qualidade, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação, o apoio ao trabalho dos professores e a equalização das oportunidades de aprendizagem entre os alunos, além de auxiliar na construção de uma base curricular comum e favorecer a formação de cidadãos críticos e participativos (BRASIL, 2017).

Peixoto (2019) afirma que há uma diferença notável na qualidade do ensino quando são utilizados instrumentos didáticos. Esses instrumentos despertam o interesse dos alunos pelo objeto de estudo, proporcionando uma absorção mais eficaz e envolvente do conteúdo. Isso ocorre porque os alunos se sentem mais

atraídos e engajados, resultando em uma experiência de aprendizado mais efetiva e significativa.

A pergunta 17 possibilitou que os professores avaliassem o material e a estrutura disponível para desempenhar eletivas. A maioria das respostas apontou que estes recursos são adequados, mas que poderiam ser suplementados para que fossem ótimos. Porém, também se obteve respostas que apontaram os recursos como precários ou ausentes. Em alguns relatos a compra do material foi responsabilidade do professor. Os comentários de P7, P10 e P22 podem referir as situações e experiências variadas que estes professores se depararam:

“Tive um pouco. Acho possível fazer coisas interessantes com o material fornecido pelas escolas”. (P7)

“Tive que comprar todos os materiais”. (P10)

“Sim. Felizmente a escola a qual leciono tem boa estrutura e dispõe de data show, laboratório e materiais de escritório” (P22)

Ao investigar as respostas da pergunta 18, a insatisfação com o catálogo apresentou-se como reflexo direto da falta de recursos na escola. O Professor 08 mencionou:

“Bastante raso. Não se encaixa com minha realidade. Falta xerox, reagentes, datashow, computadores e TV”. (P8)

Um dos objetivos da Lei do novo ensino médio (Lei nº 3.415/2017) é a implementação de escolas de tempo integral, Carnaval (2020) argumenta que a materialização desse objetivo sofrerá dificuldades, visto que serão necessários mais recursos do que estão disponíveis atualmente, isso implicará em escolas que já possuam uma precarização. Segundo Silva e Boutin (2018, p. 258) “ampliar a carga horária sem ampliar a estrutura física das escolas e o número de profissionais da educação é ampliar a precariedade”. Além disso, a dificuldade da elaboração de matérias didáticos pode estar atrelada a falta de formação para o novo ensino médio, como encontrado no trabalho de Silva, Pasqualli e Pasqualli (2023), em que os professores apontam que a principal dificuldade é a falta de recurso didáticos atrelada a ausência formação para o novo ensino médio.

É possível compreender como as limitações mencionadas pelos professores podem prejudicar o desenvolvimento de disciplinas eletivas. Ao observar o conjunto de disciplinas eletivas criadas pelos professores, percebe-se que muitas delas se tornam complexas devido ao seu caráter abrangente, exigindo maior estudo e planejamento e recursos estruturais.

Desse modo, os desafios enfrentados pelos professores na elaboração de disciplinas eletivas podem representar um obstáculo que resulta em aulas menos eficientes, prejudicando o processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar. Portanto, a disponibilidade e o uso desses recursos é essencial para o sucesso do ensino, proporcionando uma educação de qualidade e uma experiência enriquecedora aos alunos.

### **5.2.2 Do Tempo de Planejamento**

Sobre as respostas da pergunta 16, em conformidade, os professores descreveram como desafio:

“Tempo para planejar e construir a eletiva” P13

“Montar um planejamento de 4 meses para um conteúdo que geralmente é lecionado em 2 meses (bimestre)” (P14)

“O pouco tempo de planejamento e tentar priorizar as metodologias ativas. Muito embora o grande problema do novo Ensino Médio não foi ter trazido disciplinas eletivas ou ter que gastar tempo nesse planejamento. Por uma educação de qualidade eu gasto mais tempo planejando sim! O problema é como foi feita a distribuição da carga horária geral, onde o aluno ficou defasado em disciplinas como química, física e Biologia e o ENEM continuou o mesmo! Novas disciplinas eletivas são positivas para o Ensino Médio.” (P4)

As respostas apontam para incompatibilidade entre o tempo de planejamento e a carga horária da disciplina, em que um dos descontentamentos em geral são as poucas horas fornecidas para que o trabalho seja concluído de forma satisfatória. Isso ocorre devido à importância crucial do planejamento de aula para garantir a execução eficaz das atividades em sala. Para Libâneo (1994), o plano serve como um direcionamento, pois nele são definidas as instruções e as formas de execução das

atividades educacionais. Seu propósito é orientar a prática com base nas demandas da própria prática. O plano deve seguir uma ordem sequencial e progressiva. Para alcançar os objetivos, é necessário percorrer diversos estágios, de forma que as ações do professor sigam uma sequência coerente. Dessa forma, é compreensível que os professores possam sentir-se frustrados com a falta de tempo dedicado ao planejamento, uma vez que é esse planejamento que torna as aulas mais atrativas e didáticas para os alunos. Os professores narram que outras habilidades que tentam explorar em sala de aula, podem ficar em segundo plano para que o conteúdo seja priorizado, algo que pode ser observado na resposta de P4.

Para responder à pergunta 14 alguns professores associaram diretamente o seu desafio ao tempo de planejamento, e não à disciplina em si:

“[...]Exigia mais tempo de planejamento para tornar a disciplina mais interessante.” P7

“[...]Fui incluindo nela de surpresa. Tive pouco tempo para preparar todo o material para a disciplina. Hoje, já tenho mais familiaridade com estratégias metodológicas para a disciplina[...].” P24

“[...]Desafio ter materiais e reagentes na escola, além do pouco tempo para planejar a eletiva de uma hora semanal.” P20

Na resposta de P20 observou-se uma concentração dos desafios mais mencionados pelos professores em geral. É amplamente reconhecido que os professores se encontram imersos em um intrincado emaranhado de tarefas burocráticas. Essas tarefas exercem influência sobre suas práticas, orientando suas ações e interações, resultando em um tempo escasso para a pesquisa. Essa falta de tempo impede um planejamento mais flexível para as aulas e restringe o crescimento intelectual dos docentes (CZEKALSKI, 2008). Ainda em resposta à pergunta 14, P11 narra que todas as eletivas apresentaram desafios, isso porque, assim como P20, o profissional tem em seu ambiente de trabalho mais do que uma variável de adversidade, em seu comentário é notório:

“Todas. Falta de material, recursos, alunos que não valorizam a eletiva e não participam do momento remoto.” (P11)

Outros comentários acerca do tempo de planejamento foram persistentes nas respostas de perguntas como a 17, em que P8 informa insuficiência no suporte institucional que recebeu e logo em seguida pronuncia-se:

“[...] Deveríamos ter um adicional para planejar, uma vez que demanda mais tempo por falta de materiais e quase sempre há necessidade de criar ou adaptar materiais”. P8

Nesse contexto, é importante ressaltar que, de acordo com a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, os professores têm direito a 2/3 da carga horária para realizar atividades de interação com os estudantes, ou seja, 1/3 para planejamento, estudo e avaliações (BRASIL, 2008). No entanto, frequentemente os professores enfrentam desafios para realizar um planejamento efetivo, uma vez que também precisam dedicar tempo às demais disciplinas que ministram. Essa realidade pode impactar negativamente a capacidade dos educadores em planejar adequadamente suas aulas e desenvolver estratégias pedagógicas apropriadas para cada disciplina.

### **5.2.3 Demais Concepções Complementares aos Desafios**

A opinião dos professores sobre o Catálogo de Eletivas disponível no Documento Curricular Referencial do Ceará, resposta da pergunta 18, apresentou-se bem diversificada. As respostas foram divergentes, o catálogo foi descrito como raso e amplo para diferentes professores. Houve professores que não conheciam o documento e outros o conceberam como desinteressante na disposição dos temas. Outros professores consideraram o catálogo como bom ou razoável. Observou-se que o conteúdo em si não é bem explorado, sendo descrito por P2 como "muito amplo, porém cheio de lacunas". Além disso, outros professores relataram que o material poderia ser melhor elaborado:

“Ele demonstra algumas dicas de disciplinas a serem ministradas, mas tangencia as temáticas. É um material que poderia ser mais robusto”. (P15)

“Atualmente acredito que alguns dos temas das eletivas são rasos em relação ao conteúdo e limitados quanto a um cronograma de aulas”. (P01)

As disciplinas do catálogo são formadas por um título, objetivo geral, objetivo do conhecimento, justificativa, objetivos da aprendizagem, avaliação, culminância, recursos didáticos e referências. A figura 2 apresenta um exemplo de como uma disciplina eletiva aparece descrita no catálogo.

Figura 2 – Disciplina disponível no catálogo de eletivas

 <b>CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS</b>		
<b>CÓDIGO</b> CNT009	<b>UNIDADE CURRICULAR ELETIVA</b> EDUCAÇÃO, SAÚDE E BEM ESTAR	<b>DURAÇÃO</b> 40 H/A
<b>OBJETIVOS</b> <b>OBJETIVO GERAL</b> Compreender que saúde e bem estar são fatores fundamentais para a qualidade de vida do ser humano.  <b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b> Reconhecer a importância da compreensão dos conceitos de saúde e bem estar de acordo com os preceitos da Organização Mundial da Saúde - OMS. Discutir acerca dos elementos básicos para a prática de uma vida saudável. Refletir sobre hábitos de uma vida saudável. Elaborar um projeto pessoal contemplando aspectos relacionados à alimentação e as atividades físicas.		<b>JUSTIFICATIVA</b> Saúde não é apenas ausência de doenças, visto que esse conceito envolve aspectos mais amplos, como o bem-estar, seja físico, mental e social. A OMS define saúde como "O estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença". Dessa forma, uma vida saudável tem um profundo impacto na qualidade de vida das pessoas, sendo a escola lugar, por excelência, de aprendizado e vivência desta realidade.
<b>OBJETOS DO CONHECIMENTO</b> Saúde/OMS. Alimentação saudável. Atividade física e saúde. Sedentarismo e suas consequências. Qualidade de vida. Saúde e Meio Ambiente. Políticas públicas para o desenvolvimento da Educação, Saúde e Bem-estar.		<b>OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM</b> <b>COMPETÊNCIA:</b> Experimentar práticas de educação para a saúde e bem estar a partir da elaboração e da vivência de um projeto pessoal.  <b>HABILIDADES:</b> Praticar, significar e valorizar a vivência de uma rotina saudável. Ampliar o conhecimento sobre educação e bem estar. Gerenciar hábitos relacionados à saúde e ao bem estar.
<b>RECURSOS DIDÁTICOS</b> Laboratório de informática. Recursos audiovisuais: Livros, artigos e documentários sobre Saúde, Bem Estar e Qualidade de Vida	<b>AVALIAÇÃO</b> Participação nas atividades propostas. Atividades em sala e em casa. Realização de pesquisa e produção de relatório. Apresentação das ideias em roda de conversa e apresentação do trabalho na culminância. Análise crítica sobre estudos de caso.	<b>SUGESTÃO PRODUTO FINAL / CULMINÂNCIA</b> Culminância: Apresentação de banner sobre Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, Estilo de Vida Saudável, Doenças Associadas aos Hábitos das Populações Modernas.  Apresentação de vídeos educativos produzido pelos educandos referente a diferentes objetos de conhecimento tratados na eletiva.
<b>REFERÊNCIAS</b> Berlinguer G. A promoção da saúde. Questões de Vida, Ética, Ciência, Saúde. Salvador- São Paulo-Londrina: APCE-HUCITEC-CEBES; 1993. Maranhão D G. O cuidado como elo entre a saúde e educação. Cadernos de Pesquisa. 2000; 111: p115-133. Werner J. Saúde&Educação: desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Rio de Janeiro:Grypus; 2005.		
<b>OBSERVAÇÕES</b> Outros objetos do conhecimento podem ser trabalhados.		

177

Fonte: SEDUC

Essa redução no conteúdo é algo que não apenas se limita aos itinerários

formativos, sendo possível a observação também na formação geral básica. Uma das preocupações que apareceram com o novo ensino médio é a redução dos conteúdos nos livros didáticos, como destacam Silva e Ferreira (2023) sobre a preocupação com a redução do conteúdo sobre o bioma Cerrado nos livros didáticos de Ciências da Natureza do último Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2021. Segundo esses autores, as obras são consideradas superficiais e genéricas, não contribuindo para a formação crítica dos alunos nem para a valorização do Cerrado. Além disso, há uma disparidade entre o que é proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o que é apresentado nos livros, levantando a questão de se isso também ocorre com outras disciplinas e com outros conteúdos. A preocupação se estende ao Novo Ensino Médio, que reduziu a carga horária da formação geral básica, e permite que professores com formação específica atuem em áreas gerais do conhecimento, resultando em uma formação inadequada para os alunos. Essa problemática é algo que vai contra a proposta dos itinerários, que é o aprofundamento do conteúdo, visto que a redução dos conteúdos nos livros didáticos também ocasiona um conhecimento superficial do mesmo.

Professores também mencionaram uma preocupação em provocar interesse nos discentes e elaborar estratégias eficazes para que seus objetivos sejam alcançados, o que tem relação com limitações de tempo de planejamento e de recursos. De acordo com o que descreve P2 para a pergunta 16:

“Desenvolver formar de passar o conteúdo de uma forma que cativa os estudantes, sendo uma tarefa difícil uma vez que o conteúdo dos livros é bastante limitado” (P2)

A pergunta 15 (Costuma ministrar eletivas que possui afinidade com sua especialização ou pós-graduação?) mostrou-se útil para verificar que a maioria identificou correlação dos temas das aulas com sua trajetória acadêmica. Esse dado aponta o conforto dos docentes em elaborar disciplinas que tenha semelhança com sua formação, mostrando que uma formação complementar para a elaboração de eletivas seria benéfica.

Já a pergunta 19, que buscou verificar o envolvimento dos docentes na construção de novas disciplinas eletivas junto à Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), teve como resposta que nenhum dos professores entrevistados está ou teve participação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o mapeamento das disciplinas eletivas se deu de maneira satisfatória uma vez que as respostas reforçaram o uso do Catálogo de Eletivas disponível como diretriz para a realização das disciplinas pelos professores. No entanto, alguns professores não conheciam o catálogo. A heterogeneidade das opiniões acerca do catálogo está diretamente relacionada com os desafios que os professores identificaram em cenários educacionais desiguais.

Entende-se que as respostas para os desafios de ministrar eletivas apresentaram orientações similares. As menções mais recorrentes conectadas com os desafios em ministrar disciplinas eletivas foram referentes a tempo de planejamento e limitação de recursos disponibilizados pelo suporte institucional.

As respostas se conectaram com receio em não cativar o interesse dos estudantes, e também com o interesse em elaborar estratégias de aprendizagem eficazes dentro de adversidades. Conclui-se assim que a qualidade do ensino é afetada pelos desafios expostos, uma vez que os professores discorrem que precisariam de mais tempo e de uma maior disposição de recursos para que realizassem seu trabalho de forma completa.

Não há comentários que pressupõem que a exclusão do uso das disciplinas eletivas seria favorável aos docentes ou discentes, pelo contrário. No entanto, o conjunto de suas argumentações comunica que é necessária uma série de ajustes para que o quadro educacional de cada escola apresente similaridade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. **A homogeneização do ensino secundário na década de 1930**: estratégias de eficiência, racionalidade e controle. Educar em Revista, [S.L.], n. 2, p. 291-302, 2010. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40602010000500018> Acesso em: 03 abr. 2023

AMADO, João. **Manual de investigação qualitativa em educação**. 2. ed. [S. L.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/35271>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAGA, Felipe Michel et al. Implementação de reformas no ensino médio: experiências internacionais e aprendizados para o brasil. São Paulo: D3E, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 01 fev. 2023

BRASIL. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial da União, Brasília, v. 1, p. 7, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Presidência da República, 2017b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm). Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**: ciências naturais. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro04.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CANDAU, A.F.B., MOREIRA, V.M. **Currículo, Conhecimento e Cultura**.

CARNAVAL, Marilya Mariany. **INFRAESTRUTURA E DESEMPENHO DO ENSINO MÉDIO, EM ESCOLAS PÚBLICAS DA CAPITAL PAULISTA DA REDE ESTADUAL**. 2020. 133 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação: História, Política e Sociedade., Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

CERQUEIRA, A, G, C; SOUZA, D; MENDES, P, A. A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira. Ciclos históricos. Ilhéus: UESC, 2009.

CEARÁ. **Resolução nº 497/2017, de 21 de dezembro de 2021**. Estabelece normas

complementares e orientações para implementação do Currículo do Ensino Médio, no âmbito do Sistema de Ensino do estado do Ceará, e dá outras providências. Fortaleza, CEARÁ, 21 dez. 2021.

CARVALHO, A. M. P.; GIL, D. **Formação de professores de ciências: tendências e inovações**. 2. ed. São Paulo: Cortez / Coleção questões da nossa época, 1995. 120 p.

CZEKALSKI, Rejane Aparecida. **Apropriação pedagógica da hora-atividade como espaço para formação de professores em serviço**: um estudo sobre a organização do trabalho docente em Telêmaco Borba - PR. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

DALLABRIDA, Norberto. (2009). A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. Educação. 32.

DIAS, Aline Peixoto Vilaça *et al.* O ENSINO MÉDIO E O COMPONENTE CURRICULAR BIOLOGIA: a formação do educando à luz dos documentos legais brasileiros. **Escola em Tempos de Conexões - Volume 02**, p. 2197-2217, 2022. Editora Realize. <http://dx.doi.org/10.46943/vii.conedu.2021.02.115>.

DISTRITO FEDERAL. Brasil. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Médio. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 01 Dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Freire, Paulo. F934p **Pedagogia do oprimido**. 17<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HABOWSKI, Fabiane; LEITE, Fabiane de Andrade. Construção da Identidade do Ensino Médio no Brasil: um estudo histórico. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, e10925, 2022. DOI: 10.22481/praxisedu.v18i49.10925

KRASILCHIK, M. **Prática de ensino de biologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

KRAWCZYK, Nora; FERRETTI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Retratos da Escola**, [S.L.], v. 11, n. 20, p. 33, 9 ago. 2017. Confederacao Nacional dos Trabalhadores em Educacao (CNTE). <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v11i20.757>.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**:

licenciatura em matemática. Fortaleza: Ministério da Educação, 2012.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. GUSTAVO CAPANEMA E O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL: a invenção de um legado. **História da Educação**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 1-31, 06 dez. 2021. FapUNIFESP (SciELO).  
<http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/108349>.

PINTO, José Marcelino de Resende. O Ensino Médio. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa. (Org.). **Organização do Ensino no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2002. p 51-76.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

QUEIROZ, Maria Neuza Almeida; HOSOUME, Yassuko. **AS DISCIPLINAS CIENTÍFICAS DO ENSINO BÁSICO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA NOS ANOS DE 1960 E 1970**. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte), [S.L.], v. 20, n. , p. 1-25, 20 jan. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-211720182001025>.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. **Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas do Estado do Ceará**. Fortaleza, s.d.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. **Escolas Regulares em Tempo Integral na Rede Estadual de Ensino**. 2016. Disponível em: . Acesso em 24 mar. 2021.

SHEN, B. S. P. **Science literacy**. *American Scientist*, Durham (Estados Unidos): Sigma Xi - Scientific Research Society, v. 63, n. 3, p. 265-268, May/June 1975. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/pdfplus/27845461.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, Maringá, 2007. Arq. Mudi. Periódicos.

Disponível em:

<[http://www.pec.uem.br/pec\\_uem/revistas/arqmudi/volume\\_11/suplemento\\_02/artigos/019.df](http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.df)>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SILVA, Bruno Ferreira da; FERREIRA, Gustavo Lopes. **O ensino sobre o Cerrado: como a BNCC e o novo ensino médio afetam o PNLD?**. *Olhares & Trilhas*, Si, p. 1-23, 26 jun. 2023.

SILVA, Tamires Silva da; PASQUALLI, Roberta; PASQUALLI, Roberta. **DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: que dizem os professores**. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 28, n. , p. 1-13, mar. 2023.

SILVA, Paulo Roberto Ângelo da. **Atividades eletivas de uma Escola de Ensino Médio em Tempo Integral da cidade de Fortaleza (CE): gestão da parte flexível do currículo**. 2021. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

SILVA, K. C. J. R.; BOUTIN, A. C. **Novo ensino médio e educação integral:** contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. Educação, [en línea], v. 43, n. 3, p. 521-534, 2018. Disponível em:  
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117157485009>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SILVA, I. N. B; MORAES, R. R. **História do ensino de Ciências na Educação Básica no Brasil (do Império até os dias atuais).** Educação Pública, v. 19, n. 26, 22 de outubro de 2019. Disponível em: <  
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/26/historia-do-ensino-deciencias-na-educacao-basica-no-brasil-do-imperio-ate-os-dias-atuais> > Acesso em: 29 de Novembro de 2022.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Porto Alegre: Penso, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman Editora, 2014.

## APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

### ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO ONLINE

Link para o formulário eletrônico:

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdEObBZWdSMGtrsN1FdXc8c9UGsELgw9zISykTqDJXoe8zhTQ/viewform?usp=sf\\_link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdEObBZWdSMGtrsN1FdXc8c9UGsELgw9zISykTqDJXoe8zhTQ/viewform?usp=sf_link)

# Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Estimado(a) Professor(a), você está sendo convidado(a) a participar, de forma voluntária, do estudo: DISCIPLINAS ELETIVAS NO ENSINO MÉDIO: O QUE PENSAM OS PROFESSORES? A pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Universidade Federal do Ceará do aluno Matheus Honorato do Nascimento Gomes, que pode ser contatado por meio do e-mail: [matheushonorato@alu.ufc.br](mailto:matheushonorato@alu.ufc.br).

Na pesquisa, você responderá um questionário composto por dois blocos de perguntas e que levará no máximo 15 minutos para responder. O primeiro bloco é composto por 8 itens que visam traçar o seu perfil e o segundo bloco é formado por 7 itens com questões a respeito dos desafios enfrentados para a construção de disciplinas eletivas no ensino médio. É garantido o anonimato sobre as informações coletadas nesse trabalho, de forma em que não será possível identificá-lo. Para garantir a confidencialidade, nenhuma identificação pessoal será feita no trabalho, sendo a identificação do participante feita por meio de codificação, garantindo o anonimato. Sua participação não é obrigatória e você pode, a qualquer momento, parar de responder o questionário sem que isso cause qualquer tipo de prejuízo, penalidade ou responsabilidade.

Solicitamos que você não se identifique no questionário de nenhuma forma, pois nesta pesquisa será garantido o anonimato dos participantes e suas respostas servirão para análise dos dados desta pesquisa. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Apesar de existirem questões marcadas como respostas obrigatórias no formulário, você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Esta pesquisa apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler em dispositivo eletrônico, participar de aulas on-line e preencher formulário virtualmente. Apesar dos riscos serem mínimos, você poderá sentir cansaço ao responder às perguntas, constrangimento ao responder o questionário e ter medo de que o anonimato seja quebrado. Os riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas serão minimizados, pois não coletaremos dados pessoais considerados sensíveis e todos os dados coletados serão armazenados em um dispositivo eletrônico local. Isso irá reduzir os riscos associados à quebra de anonimato e os riscos relacionados ao ambiente virtual. Todo e qualquer registro de plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem" será apagado. Sobre o cansaço por participar da pesquisa e disponibilidade de tempo, o

preenchimento seja mínimo, cerca de 15 minutos. Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas.

Os resultados poderão ser veiculados por meio de trabalhos acadêmicos como monografias, artigos científicos, revistas especializadas ou encontros científicos. Desse modo, você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para produção de conhecimento científico. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo, pois o anonimato será garantido em todas as publicações. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados e ressaltamos que seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado.

Você receberá uma via digital deste termo de consentimento, e uma outra via será arquivada pelo pesquisador responsável. É importante que você guarde sua via com você, pois nela estarão contidas as informações a respeito dos responsáveis pela pesquisa.

**Endereço do responsável pela pesquisa:**

**Nome:** Erika Freitas Mota. Instituição: Universidade Federal do Ceará.

**Endereço:** Campus do Pici, s/n, Departamento de Biologia, Bloco 906, Fortaleza-CE.

**Telefone** para contato: (85) 33669830.

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

\* Indica uma pergunta obrigatória

---

1. E-mail \*

2. \*

Ao clicar no botão "aceito" você atesta que concordou com a participação como voluntário(a) de pesquisa.

Que foi devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, que leu os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de sua participação e esclareceu todas as suas dúvidas. Atesta que entende que é garantida a sua possibilidade de recusar a participar e retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isso cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Sua participação é isenta de despesas e remunerações. Com isso, consideramos que você autorizou a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo sua identidade.

*Marcar apenas uma oval.*

Aceito *Pular para a pergunta 3*

Não aceito

### **PERFIL DO ENTREVISTADO**

3. Qual sua idade? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Entre 20 a 25 anos

Entre 25 a 30 anos

Entre 30 a 35 anos

Entre 35 a 40 anos

Mais de 50

4. Em que ano concluiu a graduação? \*

---

5 É professor de Biologia no Ensino Médio? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

É professor de Biologia no Ensino Médio?

6. Em escola particular ou pública? \*

*Marque todas que se aplicam.*

Pública

Particular

7. Quanto tempo atua como professor do ensino médio? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Entre 0 a 5 anos

Entre 5 a 10 anos

Entre 10 a 15 anos

Entre 15 a 20 anos

Mais de 20 anos

8. Atualmente, em quantas escolas leciona? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em apenas uma escola
- Em duas escolas
- Em três ou mais escolas

9. Possui pós graduação? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não *Pular para a pergunta 13*

Possui pós graduação?

10. \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

11. Na área da Educação? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Pular para a pergunta 13*
- Não

---

---

14. Qual eletiva mais lhe desafiou? E por quê? \*

12. Se não, qual a área? \*

---

### **VISÃO DO ENTREVISTADO**

13. Quantas disciplinas eletivas já ministrou? Quais? \*

---

---

---

---

\*

---

---

---

---

15. Costuma ministrar disciplinas eletivas que possuem afinidade com a sua área de especialização ou pós-graduação? \*

---

---

---

---

- 
16. Quais foram os maiores desafios em construir disciplinas eletivas para o ensino médio?

---

---

---

---

---

---

17. Teve suporte institucional (estrutura física, materiais necessários, etc) para auxiliar na construção de uma disciplina eletiva? Qual sua opinião sobre isso? \*

---

---

---

---

---

---

18. Qual sua opinião sobre o catálogo de eletivas disponibilizado pelo Documento \* Referencial do Ceará?

---

---

---

---

---

---

\*

19. Costuma se envolver na construção de novas disciplinas eletivas junto à Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)? Se sim, como?

---

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários